

REAPROPRIAÇÕES SOBRE O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL: AS VISÕES DE ROUSSEAU, FREDERICO II E NAPOLEÃO BONAPARTE SOBRE A OBRA

APROPIATIONS ABOUT THE PRINCE OF MAQUIAVEL: THE VIEWS OF ROUSSEAU, FREDERICO II AND NAPOLEON BONAPARTE ON THE WORK

José D'Assunção Barros *
joseassun57@gmail.com

RESUMO: O artigo propõe-se a analisar três reapropriações e releituras da obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel: as de Rousseau, Frederico II e Napoleão Bonaparte, gerando cada qual contratextos específicos, entre o século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Após uma apresentação inicial da obra de Maquiavel em seu próprio tempo, passa-se ao objetivo principal do texto, que é o de discutir como autores inseridos em novos contextos puderam elaborar uma releitura de *O Príncipe* à luz das demandas de suas próprias épocas.

PALAVRAS-CHAVE: O Príncipe; Maquiavel; Realismo Político.

ABSTRACT: The article proposes to analyze three specific reappropriations of the work *The Prince*, by Niccolo Machiavelli: those of Rousseau, Frederick II and Napoleon Bonaparte, each of them generating specific counter-texts between the eighteenth century and the first decades of the nineteenth century. After an initial presentation of Machiavelli's work in his own time, we move on to the main objective of the text, which is to discuss how authors inserted in new contexts could elaborate a rereading of *The Prince* in light of the demands of their own times. The concept of city-cinema is proposed in four developments, generating new concepts: city-locality, city-place, city-territory, city-character.

KEYWORDS: The Prince; Machiavelli; Political Realism.

Considerações iniciais sobre a obra em sua própria época

Neste artigo, abordaremos algumas das apropriações históricas que incidiram sobre *O Príncipe*, de Maquiavel, gerando contratextos que se tornaram célebres. Os comentadores examinados serão Rousseau, Frederico II e Napoleão Bonaparte. Antes de passar a estes, será oportuno pontuar mais rapidamente o lugar de produção desta obra. A data de produção da obra é bem conhecida: 1513, e também o seu lugar geopolítico de produção: a República de

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (1999), Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (1994), graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), graduação em Música (Composição Musical) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). É Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História, e Professor-Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Na área de História, tem atuado principalmente com temáticas ligadas às áreas de Historiografia, Teoria da História, Metodologia da História, História Cultural, História da Arte, Cinema-História.

Florença¹. Por outro lado, como livro disponibilizado em ampla circulação, a primeira data de publicação é 1532.

O filósofo florentino está bem inserido em sua própria época, e habita uma região dividida e interferida por tensões internas e externas: a península Itálica. A Florença era então um pequeno e conturbado estado, em delicada posição no jogo de xadrez das relações internacionais. De um lado, a península Itálica – com suas pequenas potências independentes – tinha de se confrontar com o quadro continental de uma Europa dominada por monarquias que haviam se beneficiado de um peculiar centralismo político que emergira das antigas fragmentações feudais em países como Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Por outro lado, havia a rede de potências italianas concorrentes, na qual se sobressaíam a República Florentina, a República de Veneza, o Ducado de Milão, O Reino de Nápoles e os Estados Papais. Economicamente, as cidades italianas já eram bem menos atuantes do que um dia haviam sido com sua bem urdida prática comercial.

Frente aos grandes poderes estatais centralizados que vigoram na Europa, a península itálica apresenta-se relativamente desarmada nos planos político e militar, particularmente em decorrência de sua organização em cidades. A reflexão sobre o ‘poder central’ – precisamente o que faltava na Itália de seu tempo quando contrastada com as monarquias centralizadas – e sobre a ‘conservação do poder’, no momento mesmo em que o autor perdera sua influência e poder político², surgem como temas importantes de *O Príncipe*. Os elementos até aqui apresentados apresentam-se como linhas de força na constituição do lugar de produção de *O Príncipe*. Temos um autor, com suas especificidades e as novas circunstâncias do exílio, e um singular momento histórico – demarcado pela modernidade renascentista e pelo xadrez externo definido pela emergência de monarquias centralizadas na Europa. Ainda sobre o lugar de produção mais amplo, é oportuno lembrar que a ‘era dos impressos’ começara, e os livros contavam com maior possibilidade de circulação. O conturbado contexto político de Florença demarca circunstâncias específicas, e é nesse

¹ Apesar da publicação só ter ocorrido em 1532, o momento aproximado de conclusão da obra é conhecido em decorrência de uma troca de correspondências na qual Maquiavel a menciona. Trata-se uma carta de 10 de dezembro de 1513 a Francesco Vettori –Embaixador de Florença em Roma (Maquiavel, 1989, p. 93). Nesta missiva, Maquiavel informa que “acabara de escrever um opúsculo intitulado *De Principatibus*”, ao mesmo tempo em que fala das circunstâncias de produção da obra em sua propriedade em São Casciano.

² A obra é contextualizada pela passagem do status de político notório – já que Maquiavel havia ocupado importante cargo na Chancelaria de Florença – ao de prisioneiro confinado em sua propriedade particular.

emaranhado de linhas de forças que a obra expressa um peculiar diálogo intertextual com o antigo gênero dos ‘espelhos de príncipe’, introduzindo uma reflexão apoiada em um realismo político que era incomum neste gênero tão farto de exemplos de idealização do governante e da própria política.

Nosso objetivo é apresentar e discutir algumas das diferentes leituras ou reapropriações desta obra em momentos específicos, ou pelo menos os distintos impactos da obra em diferentes receptores situados em outras épocas. Desde já é preciso notar que, assim que publicado, em 1532, *O Príncipe* passou a ter uma divulgação maior, e daí em diante inicia sua múltipla trajetória de republicações, traduções, reapropriações, releituras e citações ao longo da História das Ideias Políticas, chegando aos dias de hoje tanto como um clássico a ser estudado em diversos campos do saber, como se afirmando como obra prática e de reflexão realista que tem frequentado a mesa de cabeceira de muitos políticos ou mesmo por empresários que enxergam suas empresas como microambientes políticos.

O Príncipe não escapou do *Index* – a lista de livros proibidos que a Igreja Católica elabora no Concílio de Trento. Como se sabe, este concílio foi realizado em muitas seções entre 1545 e 1565, legislando e decidindo sobre assuntos pertinentes à administração, política e vida religiosa – debatendo e estabelecendo posições e normas sobre questões que iam da proibição de livros ao tipo de música a ser considerado para a composição de missas. A Reforma Luterana fora bem-sucedida, e era preciso combatê-la com uma Reforma Católica, movimento de reestruturação da Igreja que a historiografia mais antiga costumava denominar Contra-Reforma. *O Príncipe* de Maquiavel terminou por ser indicado em 1559 como um dos livros proibidos pelo *Index*³. Isso não impediu que a obra adquirisse grande visibilidade e ultrapassasse os limites de Florença, da Itália, da Europa, e que fosse projetada para outros séculos, tornando-se parte dos repertórios de textos básicos da Filosofia e da Ciência Política em lugares-tempos os mais diversos.

³ Há passagens de *O Príncipe* que se opõem à Igreja. Além disso, os papas foram tratados por Maquiavel como políticos como todos os outros, a exemplo de Júlio II, papa que participou diretamente de campanhas militares. Tal desmistificação dos pontífices não interessava à Igreja já ameaçada pela dissidência da Reforma. Por outro lado, há indícios de que, na Inglaterra de Henrique VIII, reformistas anglicanos tenham se valido de *O Príncipe*, desde 1530, na argumentação contra a Igreja Católica (cfe. Anglo, 2005, p. 97-102). Além do que foi dito, é oportuno lembrar que a primeira edição do livro, em 1532, havia sido feita com o aval do papa Clemente VII.

Duas reapropriações e releituras de O Príncipe: Rousseau e Frederico II

De um ponto de vista historiográfico, é interessante refletir sobre as leituras da obra elaboradas por autores de sociedades e tempos diversos – com distintas posições sociais, dotados de perspectivas capazes de reinserir o texto de Maquiavel em novas redes de intertextualidades, e examinando-o sempre com um olhar específico que se torna possível diante de novos contextos. Reis, nobres, burgueses, militares, líderes operários, militantes políticos de esquerda ou direita, negociantes em sua trajetória de conquista do poder econômico, filósofos e cientistas políticos, entre inúmeros outros produtores de discurso, leram este livro em países diversos da Europa, das Américas e demais continentes, produzindo novas leituras desta obra, nela percebendo novos aspectos e reconstruindo outros através de uma leitura criativa. Cada uma destas novas leituras recriadoras de uma obra também tem o seu lugar de produção, o que nos dá mostras de que todo texto, uma vez criado pelo seu autor e posto a circular, adquire uma vida própria aberta a novas reapropriações – novos modos de ler um texto, e novas possibilidades de criticá-lo ou interpretá-lo. Vou selecionar alguns pequenos exemplos. O primeiro comentário sobre *O Príncipe* de Maquiavel que examinaremos é o de Jean Jacques Rousseau (1712-1778).

Rousseau, para bem situarmos este lugar de leitura e de reapropriação de *O Príncipe*, escreve-nos da Suíça do século XVIII. Assim como Maquiavel foi um típico humanista da Itália do século XVI, Rousseau foi um típico iluminista da Europa setecentista. À maneira do primeiro, foi um autor versátil, que escreveu obras de política, filosofia, literatura, crítica musical – e mesmo composições musicais, a exemplo da ópera *Le Devin du Village* (1752). Tendo falecido em 1778, nem por isso deixaria de ser um dos autores que mais agitaram as mentes daqueles que, onze anos depois, participaram ativamente da Revolução Francesa (1789), a tal ponto que seus restos mortais seriam trasladados para o Panteão de Paris em 1794, no auge do governo revolucionário. Além de representar bem a produção filosófica iluminista e de inspirar o impulso revolucionário, a singularidade de seu pensamento o coloca como um dos precursores do romantismo do século seguinte. Seu acorde de ideias comporta uma delicada dissonância: otimista em relação ao ser humano; pessimista em relação às formas

sociais até então conhecidas⁴. No *Discurso sobre a Origem da Desigualdade* (1755), torna-se um crítico da própria noção iluminista de progresso linear e irreversível. Sua obra mais impactante foi *O Contrato Social* (1762).

Rousseau não desenvolveu nenhum estudo sistemático sobre *O Príncipe* de Maquiavel, e nem sequer dedica a ele um capítulo específico em suas obras mais gerais, como o célebre *Contrato Social* (1762). No entanto, nesta última obra, em uma pequena passagem do sexto capítulo do Livro III, está incrustada uma pequena pérola. É uma frase, apenas, mas ela brilha como uma hipótese que pede demonstrações, ou como um pequeno, mas intenso, segredo que é sussurrado aos ouvidos do leitor: “[com sua obra *O Príncipe*], fingindo dar lições aos reis, Maquiavel deu grandes lições ao povo” (Rousseau, 1988, p. 98). Rousseau afirma isto em meio a uma argumentação maior, e não volta ao assunto, senão de maneira implícita. Vamos desdobrar esta afirmação, que, nada mais e nada menos, praticamente redefine o primeiro receptor de *O Príncipe*, contra a própria dedicatória na qual Maquiavel remete seu ensaio ao governante de Florença, ou a todos os governantes de todos os tempos, de modo mais geral⁵.

Os príncipes e governantes – sejam aqueles oriundos de dinastias régias, da nobreza, ou da grande burguesia – nunca precisaram de lições passo a passo, registradas em livros ou manuscritos, para governarem. É verdade que os ‘espelhos de príncipe’, conforme já comentamos, existem durante toda a Antiguidade e atravessam a Idade Média, chegando ao início da modernidade – quando Maquiavel se defronta com este gênero literário e opõe-lhe o seu próprio ‘espelho realista’ de príncipes. Estas obras – manuais para os bons governantes ou espelhos de príncipes – eram muito mais parte de uma imagem de sabedoria régia que se projetava para a população mais instruída das terras a serem governadas do que manuais para os próprios governantes. Isto porque eram, conforme vimos, construções literárias e

⁴ O homem “naturalmente bom” de Rousseau, degenerado pela sociedade, contrasta veementemente com o homem “lobo do homem” evocado pelo *Leviatã* de Thomas Hobbes (1651) – assim como também se confronta contra a perspectiva realista e pessimista do próprio Maquiavel, para quem os homens são maus ao menos de modo geral. O tema é desenvolvido no Capítulo XVII de *O Príncipe* (Maquiavel, 2000, p. 124). Podemos ainda lembrar que uma das primeiras frases do *Contrato Social* de Rousseau, extraordinariamente lapidar, expressa particularmente bem esta dissonância entre o bom indivíduo e a sociedade que o põe a perder: “O homem nasce livre; e por toda parte encontra-se acorrentado”.

⁵ Este trecho parece se harmonizar com outra passagem, na qual Rousseau se situa como produtor de um discurso: “Perguntar-se-me-á se sou príncipe ou legislador, para escrever sobre política; se eu fosse príncipe ou legislador não perderia meu tempo em dizer o que é preciso fazer; eu o faria, ou me calaria” (1988, p. 21).

filosóficas idealizadas, que previam príncipes perfeitos prontos a administrar e governar populações também ideais.

A literatura espelhada da boa governança atendia mais à função de projetar uma bela imagem régia, do que propriamente de instruir os governantes de carne e osso. As construções ensaísticas sobre o bom governo também podiam ser elaboradas por aristocratas ou eclesiásticos que queriam dar recados muito velados ao príncipe ao qual dedicavam seus opúsculos: agindo-se de certa maneira, a harmonia estaria assegurada. Intelectuais ligados à Igreja – se podemos chamá-los assim – desejavam mostrar que o bom governo respeita os espaços adequados, e que, além de reconhecer a parceria da Igreja, precisa aceitar a sua autonomia e o direito de reger questões que lhe são mais específicas. No entanto, quando Maquiavel elabora o primeiro manual “realista” de boa governança – aquele que considera do início ao fim a Política tal qual ela é efetivamente, e os seres humanos tal qual eles realmente se apresentam nas suas funções de reis, conselheiros, políticos, funcionários, cidadãos, súditos, multidão – algo de novo se coloca sob o sol da História das Ideias. Porque escrever um manual realista para governantes, se este tem inúmeras oportunidades muito mais efetivas e repletas de exemplos práticos de aprender a política seja no seu próprio exercício, seja aprendendo-a com seus antecessores? Um rei mais velho costuma preparar seu jovem herdeiro à realeza não com um pequeno manual, mas ao longo de toda a vida. Professores e preceptores são contratados para tal. Além disso, a seu tempo, estes futuros governantes começam a atuar em pequenas funções no governo que um dia será seu. Em certo momento, parte do poder já lhes é oferecido: eles têm a oportunidade de tomar decisões diante de situações práticas e objetivas. Também administram seus próprios palácios, o que faz parte de sua educação. Por outro lado, também o príncipe novo – aquele que se alça ao poder inaugurando uma linhagem ou estabelecendo a inclusão de uma nova linha de poder a partir de manobras várias – costuma conseguir tal sucesso porque possui certas habilidades políticas que possibilitaram sua ascensão. Os novos príncipes costumam ter visões bem estimadas de si mesmos. Por que um autor precisaria perder tempo escrevendo um manual de governança para alguém que já sabe governar – ou, ao menos, que pensa que já sabe governar?

A pérola de Rousseau – o seu rápido comentário sobre *O Príncipe* de Maquiavel – sugere que na verdade esta obra foi escrita para o Povo, para todos aqueles que, sabendo ler

ou podendo ouvir a obra de outros que a leram, estivessem interessados em finalmente compreender como a política real funciona. É este o sentido do esclarecimento de Rousseau de que Maquiavel – ainda que de forma dissimulada ao nomear como seu leitor um príncipe – estava na verdade se dirigindo àqueles que estavam de fora. O humanista florentino, dito de outra forma, estaria disponibilizando a todos um conhecimento teórico e prático que, até então, ficara adstrito aos castelos, aos ambientes políticos, aos governantes com seus *entourages* em vários patamares de poder e projeção social.

É praticamente impossível demonstrar o que se passava pela cabeça de Maquiavel ao declarar que pretendia expor os segredos da política ao príncipe de sua dedicatória. Pode ser que sua intenção fosse mostrar suas próprias qualidades de conselheiro político, como uma forma de retornar ao poder nas boas graças de uma nova (e antiga) família que nele se restabelecia. Pode ser que tenha desejado registrar tudo aquilo que aprendera no exercício da própria política, e deixar para as gerações seguintes a primeira obra de realismo político (pois, se ele não a escrevesse, outros não tardariam a fazê-lo). Quis esclarecer a si mesmo, talvez, e aproveitou para publicar o que acabou se tornando uma obra-prima que atravessaria os tempos? Ou quis mesmo expor ao Povo os segredos da política, dar aos seres humanos comum maior consciência sobre como eram governados? A verdade é que – sim, independente das motivações mais imediatas de Maquiavel ao escrever a principal obra que o tornou conhecido – o livro *O Príncipe* realmente permite pensarmos neste receptor popular. Um livro, como vemos aqui, sempre ultrapassa o seu autor, pois na outra ponta de seu ‘triângulo circular de produção de sentidos’, há sempre um leitor – na verdade muitos leitores – que aguardam o momento de lhe dar um novo significado. Ler um livro, como sempre se deve insistir em dizer, é um ato criador.

É claro que a Rousseau, tão vivamente preocupado em mostrar que a sociedade corrompe a bondade natural dos seres humanos, interessava em especial o desenho realista de governantes que é traçado por Maquiavel – um desenho que praticamente apaga a tradicional separação em ‘bons príncipes’ e ‘maus príncipes’ que os ‘espelhos de príncipe’ tanto se esmeram em deixar bem delineada. Se a sociedade corrompe os seres humanos, corrompe também os príncipes, em maior ou menor medida. Mostrar isso aos governados parecia a Rousseau um objetivo bastante digno. Será que ele não projeta em Maquiavel o que ele mesmo faria? Afinal, um dos empenhos fundamentais do filósofo suíço sempre foi o de

argumentar em favor da existência imaginável do “bom selvagem” em contraposição ao “mau civilizado”, que é já produto de uma sociedade que o deteriorou.

Já Frederico II, cognominado “O Grande”, produz uma leitura particularmente crítica sobre a obra de Maquiavel, principalmente porque este, em seu livro *O Príncipe*, começa por deixar que se apague a linha de separação entre “bons governantes” e “maus governantes”. Frederico II (1712-1786) era rei da Prússia, e viveu no mesmo século XVIII de Rousseau. Governou seu país, entre 1740 e 1786, com pulso iluminista: além de suas consideráveis conquistas militares, de sua extraordinária capacidade como estrategista e da reorganização que promoveu no exército prussiano, foi um promotor das artes e um amante da música, transformando a Prússia em um polo cultural, ao mesmo tempo em que a transformava em uma potência econômica. O rei prussiano Frederico II foi o típico monarca esclarecido – além de promover a filosofia, a ciência e as artes, atraindo para a sua Corte cientistas e artistas, ele mesmo foi escritor e músico-compositor. O historiador romântico Thomas Carlyle o retratou com as cores bem vivas do herói dotado de muitos talentos e atributos: do guerreiro ao diplomata, do poeta ao profeta, do homem de fé ao sábio que mede racionalmente as suas ações. A um governante como ele, interessava reconduzir a análise política ao nível dos tradicionais espelhos de príncipe. Sim, aos seus olhos havia os “bons governantes” e os “maus governantes”, e situar-se entre os primeiros não era uma mera questão de uma técnica a ser aprendida. Não há propriamente um problema com a instituição do principado, mas somente com esse desvio que é o “mau principado”. Frederico II é um príncipe, ao contrário de Rousseau, e defende esta instituição na qual se insere. Ao contrário de Rousseau, que examina a obra como se a estivesse perscrutando pelo ponto de vista do Povo, o monarca a examina como um príncipe leitor (ou como um “leitor-príncipe”) – perspectiva que não é possível nem desejável a Rousseau. Por isso, a leitura de Frederico II sobre *O Príncipe* será bem outra em relação à que fez Rousseau, e o monarca prussiano irá, de fato, desdenhar de alguns dos conselhos do autor florentino. Ao invés de almejar ocupar o poder pelo poder, como um vazio a ser simplesmente preenchido, ele via como objetivo do príncipe o Bem Comum. Nele, isso não era retórico. Instruía a si mesmo de modo a que pudesse enxergar o mundo político dessa maneira. Não é de se estranhar que – mediado por correções de Voltaire que fazem desta obra um texto especialmente dialógico – tenha intitulado seu livro como *O Anti-Maquiavel* (1739-1741).

Nesta obra, Frederico II procura conservar a linha demarcatória entre os bons e os maus governantes, disforizando, ou mesmo “monstrualizando”, entre estes últimos, figuras como Tibério – um antimitelo clássico – e César Bórgia, um mitelo proposto por Maquiavel que se mostra habilmente transformado em contramitelo no Capítulo VII de *Anti-Maquiavel*.⁶ Por ora, ao lado da disforização dos maus governantes escolhidos como contramitelos, o próprio Maquiavel – ao supostamente instrumentalizar o poder principesco como um ofício que pode ser apropriado por governantes que atuam exclusivamente em benefício próprio – é ele mesmo tratado como um “monstro”, já à entrada do opúsculo elaborado pelo rei iluminista da Prússia.

Vemos aqui o que se apresenta ao se pôr em contraste as distintas leituras do *Príncipe* de Maquiavel, elaboradas por Frederico II e por Rousseau. O rei-iluminista avalia o livro como um perigoso manual que se convida a ser instrumentalizado por governantes inescrupulosos que apenas estão preocupados em conquistar e manter o poder. Rousseau aborda o livro de Maquiavel como um útil antimitelo que, de modo enviesado, termina por mostrar ao povo o que não deve ser feito. Seu objetivo não é instrumentalizar o poder, apesar da sua dedicatória ardilosa, mas sim denunciar o poder. Não se trata de mostrar o que deveria ocorrer, mas sim de esclarecer ao que efetivamente ocorre. Sua dedicatória secreta, oculta sob a primeira, não é a um príncipe, mas o próprio povo.

Enquanto isso, a abordagem crítica do *Anti-Maquiavel* de Frederico II não é apenas uma “defesa da humanidade”, tal como ele enuncia já à entrada da Introdução de seu livro. É também a defesa de um dos dois caminhos que surgem em relação à crítica das monarquias absolutistas na Europa. Um destes caminhos iria dar, mais adiante, na Revolução Francesa e em outras que lhe seguiram, em outros países; um movimento que culminou, na França, com a decapitação do casal régio Luís XVI e Maria Antonieta. O outro caminho crítico é precisamente o que busca salvar a monarquia absoluta através do esclarecimento do próprio

⁶ No capítulo VII de seu livro, Frederico II procura desmontar passo a passo o herói que havia sido escolhido por Maquiavel como mitelo a ser exaltado, ou pelo menos como um exemplo de trajetória que exemplifica alguns dos seus princípios de realismo político. A escolha de César Bórgia (1475-1507) pelo autor florentino, de fato, não é gratuita. Se ele precisava de um mitelo do qual extrair exemplos, também precisava de um herói humano, real, e mesmo não consensual. Afinal, sua intenção é se opor aos governantes idealizados dos antigos espelhos de príncipe. Por isso, assim se expressa no Capítulo VII de *O Príncipe*: “Desta forma, somando tudo o que Bórgia fez, rigorosamente não posso censurá-lo. Ao contrário acho que agi de maneira correta, colocando-o como um exemplo para todos aqueles que têm adquirido poder pela boa fortuna e pelas armas dos outros. Ele era um homem de grande coragem e de altas intenções”. A este mitelo, cabe a Frederico II desconstruir.

governante; ou, antes, da projeção, para o povo, da imagem de um “déspota esclarecido”, tal como seria chamada mais tarde essa nova figura que surgia como um caminho alternativo. Os monarcas esclarecidos são os que assumem o progresso, a reflexão iluminista, bem como os governantes que se mostram defensores das ciências, filosofia e artes, para si mesmos providenciando instrução e, se possível, tornando-se também sábios e artistas, para além de iluminar sua Corte com grandes nomes das artes e letras. Sustentar que o príncipe deve se voltar para o Bem Comum, ao invés de se pautar pela mera conquista e manutenção do poder, e, principalmente, insistir que há de um lado déspotas cruéis e egoístas (os que terminam por perder a cabeça), e, de outro, aqueles que serão reconhecidos pelo povo como governantes que atuam em favor de todos, é defender a viabilidade deste caminho histórico ao mesmo tempo novo e antigo. “Novo” porque se apresenta em um novo mundo, espreitado por revoluções e desafiado pelo progresso irreversível das sociedades que estão à testa da experiência humana. “Antigo” porque, ao longo da multifacetada história dos reis, sempre houve, desde a Antiguidade, os que entenderam a necessidade de serem “reis sábios”. Este é o ponto de vista de Frederico II.

Em sua argumentação contra a perspectiva de Nicolau Maquiavel, o rei prussiano Frederico II também defende, ocasionalmente, a si mesmo e ao seu próprio modo de atuação como governante. Já ao Capítulo I, quando Maquiavel introduz a discussão sobre os modos como se chega ao poder, “pela hereditariedade ou pela conquista”, o rei prussiano defende a sua própria legitimidade, de muitas maneiras. Seu poder e seu território, a partir do principado prussiano, foi recebido por “hereditariedade”; mas, ao lado disso, também inclui a obra de um conquistador. Não um “assaltante” do poder, conforme deixa implícito em sua crítica à Maquiavel, mas um “conquistador”, que se defrontou de maneira justa contra seus inimigos, suplantando-os. No entanto, em ambos os casos, sustenta que o príncipe precisa governar conforme a vontade do povo. Além disso, às duas formas de se chegar ao poder preconizadas pelo *Príncipe* – a herança no interior da estirpe e o assalto do conquistador – Maquiavel acresce uma terceira, que é aquela na qual um soberano é eleito ou aclamado por um povo soberano e livre. Aqui, tem-se o clássico caso de um povo que escolhe o seu governante com vistas a libertar-se do jugo de uma tirania.

É interessante perceber que, em boa medida, Frederico II contrapõe o seu próprio exemplo pessoal, embora sem explicitá-lo, ao apagamento maquiaveliano da linha que

demarca os bons e os maus governantes. Ele mesmo, afinal, não seria um exemplo vivo de bom governante? No decurso de seus comentários contra o texto de Maquiavel surgem oportunidades para argumentar a favor desta linha demarcatória. Quando não está opondo diferentes comportamentos que exemplificariam ao longo da história estes tipos fundamentais – por exemplo, invertendo os próprios modelos propostos por Maquiavel, a exemplo do enaltecimento de César Bórgia pelo autor florentino – o monarca prussiano está confrontando suas próprias opiniões, dele mesmo como bom governante, contra os conselhos pretensamente ineficazes ou cruéis de Maquiavel. As seções sobre a conquista de novos territórios pelo príncipe, por exemplo, mostram-se excelentes oportunidades para a exposição desta dicotomia, tão típica do monarca prussiano. Sua defesa de uma conquista humanizada – a qual rejeita a sugestão maquiaveliana de exterminar a dinastia que detinha o poder na terra conquistada – e que preconiza tratar com humanidade e generosidade os naturais da terra, integrando-os deste modo ao novo principado, é parte das críticas que Frederico II move contra *O Príncipe* no Capítulo III. As diferentes possibilidades de atuações diante das situações concretas da política e da guerra mostram que há bons governantes e maus governantes: este ponto mostra-se fundamental na argumentação de Frederico II. O ocultamento maquiaveliano da linha decisiva que supostamente separa estes dois grupos de príncipes, transformando todos em homens que lutam realisticamente pelo poder, é apresentado por Frederico II como o pecado capital do texto de Maquiavel.

O rei iluminista demonstra que algumas das sugestões e preceitos de Maquiavel são inócuos ou ineficazes, ou mesmo contraproducentes, enquanto outros são por demais desumanos. Exemplo de argumentação que situa um dos conselhos de Maquiavel sob o esquadro da ineficácia é a crítica a seu repertório de métodos para conservar uma cidade ou principado livre, que antes da ocupação regia-se por leis próprias (matéria do ‘Capítulo V’ de Maquiavel). “Arruinar a região depois de conquistá-la”, para evitar sua revolta posterior, é mostrado por Frederico II como um artifício ineficaz. Para que conquistar uma região que, no instante seguinte à conquista, é transformada em um território improdutivo?

De outra parte, Maquiavel oferece a segunda alternativa: transferir para lá a moradia do príncipe conquistador. Tal medida, conforme o rei-iluminista, coloca-se novamente sob o esquadro da ineficácia. Deslocar o príncipe do centro já tradicional do seu Estado, mesmo que lá deixando um representante confiável no seu território de origem, equivaleria a algo como

descobrir uma parte do corpo para cobrir outra. Poderia ser isto eficaz? Por fim, a terceira alternativa – deixar o povo da nova terra conquistada continuar a viver segundo suas leis e costumes – não seria mais que conservar, de acordo com a perspectiva de Frederico II, um potencial para futuras insurreições contra o Príncipe. Este último comentário, de algum modo, denuncia o projeto cultural universalizante típico do pensamento ilustrado.

Exemplos de possíveis enquadramentos das sugestões de Maquiavel sob o signo da desumanidade, conforme a argumentação de Frederico II, são vários. Já trouxemos um exemplo com o comentário relativo ao modo de tratar o príncipe vencido e a sua família. Exterminar a dinastia que o precedeu no controle do território parece ao rei prussiano desumano. Neste caso, há eficácia, mas ela é deslegitimada e termina por ser coberta pela desumanidade. O príncipe, com a dignidade de suas ações – tal é o que se depreende da argumentação de Frederico II – também deve oferecer um modelo ético aos povos conquistados. A crueldade desnecessária, para o rei iluminista, deixa aberta uma porta para a insubmissão e violência posteriores.

Percebe-se ainda, no *Anti-Maquiavel* de Frederico II, a crítica ao modo político-realista de escrever, particularmente no que concerne aos exemplos empregados por Maquiavel para demonstrar suas ideias. Maquiavel usa exemplos positivos ou negativos, e não poupa seu leitor de exemplos de governantes que foram cruéis – até mesmo de sua própria perspectiva maquiaveliana – e que conquistaram o poder de formas ilícitas. Escrever um tratado realista, para o autor florentino, implica trazer toda a variedade de exemplos possíveis extraídos da política real. No entanto, no oitavo capítulo de seu texto-contratexto, Frederico II argumenta que é extremamente perigoso trazer exemplos de crueldades e ações hediondas: os maus exemplos evocados por um autor podem fazer aflorar nos leitores instintos abomináveis. Deve-se educar através dos bons exemplos, e não através da contraposição de maus exemplos, é o que parece nos querer mostrar o rei iluminista. A rigor, ele critica o próprio programa de escrita do realismo político.

Esta é uma questão da época. Dois caminhos se anunciam aos monarcas absolutistas: o recrudescimento que logo desencadeará a um ambiente pré-revolucionário, e o governo sábio dos déspotas esclarecidos, modelo que a monarquia absoluta encontrou para se adaptar aos novos tempos. Talvez *O Príncipe* de Maquiavel e o *Anti-Maquiavel* de Frederico II sejam obras que se prestam à sinalização de cada um destes caminhos, e é a percepção arguta dos

malefícios ou benefícios que podem ser proporcionados por estes dois modelos – a instrução a partir do realismo nu e cru, e a instrução a partir dos bons modelos; ou, ainda, o recrudescimento do controle monárquico e a flexibilização da monarquia esclarecida – o que tenha instigado Frederico II a compor cuidadosamente o seu texto-contratexto. Ao “melhor ser temido” de Maquiavel (Maquiavel, 2000, p. 124), Frederico II parece opor o seu “melhor ser amado”. Em algumas linhas, esta é a leitura que podemos entrever em Frederico II, em sua análise sobre *O Príncipe* de Maquiavel. Trata-se, obviamente, de uma leitura circunstanciada que atende às demandas do século iluminista, e que se abre a novas intertextualidades e intercontextualidades que não foram as de Maquiavel.

Quatro novas leituras em um só comentarista: Napoleão Bonaparte

Napoleão Bonaparte (1769-1821), como personagem histórico, já é suficientemente conhecido de todos. Além de ler a obra maquiaveliana pelo menos quatro vezes, Napoleão Bonaparte fez muitas anotações nas margens do seu exemplar pessoal deste livro, além de registrar comentários em cadernos de anotações. Normalmente, são comentários curtos, mas muito esclarecedores sobre o próprio pensamento e planos de Napoleão, e sobre como ele assimilou ou criticou as ideias e sugestões de Maquiavel acerca de temas relacionados à conquista e manutenção do poder⁷. Ocorre que estas anotações procedem, se forem verídicas, de quatro momentos bem diferentes – momentos nos quais Napoleão ocupava, inclusive, posições bem distintas em sua fulgurante trajetória política. Na primeira vez em que leu *O Príncipe*, Napoleão Bonaparte era, entre outros de seus pares militares, um bem-sucedido general do exército francês de apenas 27 anos de idade (1796). Na segunda vez, leu esta mesma obra três anos após o golpe que ficaria historicamente conhecido como *Dezoito Brumário*, o qual o situara como um dos três governantes máximos da República Francesa (1802). Em sua terceira leitura, Napoleão já era Imperador da França (1804). Por fim, a quarta

⁷ As notas de Napoleão sobre *O Príncipe* foram encontradas e apreendidas em 1815, em sua carruagem, após a Batalha de Waterloo (também conhecida como Batalha de Mont-Saint-Jean). Pode ocorrer também que os comentários de Napoleão sobre *O Príncipe* (ou parte deles) tenham sido falsificados pelo Abade que apresentou as notas de Napoleão como tendo sido encontradas em sua carruagem imperial em 1815. Da mesma forma, podem ter ocorrido falsificações decorrentes de intervenções editoriais. A publicação do *Príncipe de Maquiavel com comentários de Napoleão Bonaparte* ocorreu em 1816, através de uma editora francesa. Caso possa ser identificada e demonstrada a sua falsidade, a obra se torna fonte histórica em outro sentido, não menos importante para os historiadores.

e última leitura ocorreu quando ele, derrotado pela primeira vez, já estava exilado na Ilha de Elba (1814).

Temos, então, algo surpreendente: através de Napoleão, *O Príncipe* de Maquiavel foi lido sucessivamente por quatro personagens distintos – um general, um cônsul (entre três), um imperador e um exilado! E cada um destes quatro personagens, que constituíram distintas facetas do Napoleão Bonaparte real e histórico em quatro diferentes momentos, deixou suas anotações específicas no exemplar de seu livro. Deste modo, essas notas tão peculiares – todas juntas – terminam por revelar aos historiadores camadas de anotações e reflexões empreendidas por um mesmo homem, mas em quatro momentos bem singulares. Conhecemos, através destas anotações de próprio punho, os pensamentos políticos de Napoleão antes do poder, durante o poder trinitário partilhado, durante o poder absoluto, e após ter sido destituído do poder. Isso é realmente um presente extraordinário para os historiadores que estudam os períodos moderno e contemporâneo: temos *O Príncipe* de Maquiavel – um livro cujo texto foi escrito no século XVI – e, no mesmo documento material, quatro leituras temporalmente localizadas através de anotações que foram feitas às suas margens. Ao mesmo tempo, temos um autor clássico, Nicolau Maquiavel, e um versátil comentarista (Napoleão) que volta ao texto deste autor em quatro momentos distintos de sua própria vida, quando já ocupa posições políticas e sociais bem diferenciadas e é obrigado a interagir com diferentes contextos históricos.

As notas de Napoleão, no seu conjunto, correspondem a 773 comentários ao texto de Maquiavel, e deixam que se estabeleça uma peculiar intertextualidade do tipo explícito. Nesta fonte histórica peculiar – que é *O Príncipe* de Maquiavel lido por Napoleão Bonaparte – existem cinco passados-presentes: cinco fontes históricas entrelaçadas, por assim dizer. O exemplar de Napoleão – isto é, o objeto material de papel e capa dura que um dia pertenceu ao imperador francês – foi mais tarde tomado como base para se proceder à publicação e impressão de uma edição que foi logo anunciada como *O Príncipe comentado por Napoleão*. Esta edição, que aparece pela primeira vez na Paris de 1816, seria mais tarde traduzida para muitos idiomas, inclusive o português, de modo que nos dias de hoje podemos examinar esta fonte textual tão peculiar a partir de uma destas várias edições.

A leitura napoleônica do *Príncipe* mostra-se livre da necessidade de aderir ou de se opor ao escritor italiano, e sente-se à vontade para analisar as passagens do *Príncipe* sobre as

quais sente que tem algo a dizer em vista de suas próprias experiências concretas. Em vários momentos, Napoleão Bonaparte concorda com Maquiavel. Da mesma forma, em outros momentos identifica ou percebe fortes similaridades entre certas situações e experiências concretas que vivenciou, durante sua própria trajetória política ou militar, e as situações evocadas abstratamente ou demonstradas pelo autor florentino através de exemplos de sua própria época ou retirados da História. Não obstante, em outras ocasiões Napoleão discorda efetivamente das avaliações e sugestões de Maquiavel, e apresenta as suas próprias razões para estas discordâncias. Quando critica o humanista italiano, chega a chamá-lo de “ingênuo” (nota nº20) – principalmente no que concerne às questões militares, e mais nessas do que nos conselhos políticos – e às vezes o entende como limitado por uma espécie de “moralismo”, um comentário deveras curioso quando se trata de Maquiavel, este autor que foi tão “maquiavelizado” e acusado por muitos de tocar a amoralidade⁸. O tom dos comentários de Napoleão, por outro lado, é frequentemente bastante familiar. Conversa consigo mesmo, mas também com o próprio autor florentino. Há notas em que completa as frases de Maquiavel, como se pretendesse lhes dar continuidade, reforçá-las, abrir desdobramentos ou oferecer demonstrações. Ocasionalmente, age como se escrevesse uma carta para o escritor italiano, com comentários sobre sua obra, ou como se desejasse lhe oferecer exemplos que viveu e que confirmam os prognósticos do florentino. O Imperador chega a dizer, como se buscasse a aprovação de um mestre: “Maquiavel ficaria contente com os benefícios que tirei deste conselho” (nota 585). É um admirador e um crítico, mas também um familiar. Em alguns momentos, afronta-o com certo desdém (nota n. 117).

Pode-se perceber um deslizamento das posturas discursivas de Napoleão: a arrogância do General diante do menor conhecimento de Maquiavel em relação às questões militares, característica de algumas notas, cede lugar ao reconhecimento, da parte do Cônsul e do Imperador, de que Maquiavel tem algo a ensinar no que concerne às estratégias políticas.

⁸ Agregadas ao capítulo VIII, há pelo menos duas notas do Napoleão General (205 e 207) e uma nota do Napoleão Imperador (221), no qual Maquiavel é censurado por deixar escapar um tom moralista ao falar sobre “a conquista do principado por meio do crime” (Bonaparte, 2000, p. 82 e 84). Curiosamente, em uma destas notas Napoleão se expressa com uma frase próxima à sentença “os fins justificam os meios” – uma frase que é atribuída popularmente a Maquiavel, mas que, rigorosamente, não a encontramos no *Príncipe*. A frase do Napoleão General, na nota n. 5 (ou do suposto Napoleão, caso se levante a hipótese de que há uma sexta voz falando algumas vezes no lugar de Napoleão), é a seguinte: “que importância tem o caminho, desde que se chegue?” (2000, p. 82). De igual maneira, a nota n. 221 diz: “a glória acompanha o êxito, seja qual for o meio empregado para alcançá-lo” (2000, p. 84). Ainda para notas que se queixam de uma atitude “moralista” de Maquiavel, ver as de n. 451 e 461 apostas ao Capítulo XVIII.

Com o Imperador, Napoleão vai se tornando mais “maquiavélico” – agora no sentido corrente (e não maquiaveliano) desta palavra – e mostra-se atento a aspectos mais sutis e afeitos ao realismo político da prática corrente, como as necessidades políticas de dissimulação ou de exploração da discórdia alheia⁹. Já a retomada da leitura do livro pelo Exilado, em 1814, vem acompanhada de nostalgias, arrependimentos em relação a soluções que não foram aplicadas, de reavaliações retrospectivas, e por vezes de ressentimentos em relação à lembrança de antigos inimigos e traidores (nota n. 695). Chega a insultá-los em algumas ocasiões (nota n. 665). Além disso, os comentários do Napoleão Exilado funcionam também como um grande desabafo (nota n. 667).

Há, por vezes, um comportamento ambíguo ou oscilante de Napoleão em relação aos conselhos de Maquiavel. Por exemplo, em uma das notas que elaborou quando já era Imperador, em 1804, Napoleão critica como “ingênua” a sugestão que havia sido dada pelo florentino com relação ao modo de manter a conquista de novos territórios que tivessem línguas e costumes diferentes do príncipe conquistador. Entre três alternativas, Maquiavel sugere, como uma das possibilidades de estratégias de dominação, que o Príncipe se desloque para o território estrangeiro conquistado. Embora a princípio rejeitando o conselho maquiaveliano – e fazendo uma apologia da demonstração de força bruta como recurso mais eficaz nesse caso (notas n. 20 e 21) – não deixa de ser significativo e sintomático que o Imperador francês, ao conquistar mais tarde a Espanha, tenha preferido nomear seu irmão José Bonaparte (1768-1844) como rei deste país, no qual o irmão mais velho de Napoleão conseguiu se manter, de fato, no período situado entre 1808 e 1813. Deste modo, Napoleão encontra a sua própria solução intermediária entre o que pensava a princípio e o conselho de

⁹ Nota n. 160: “Quem não sabe dissimular, não sabe reinar” (2000, p. 75). Com relação à disseminação da discórdia para uso político, é particularmente interessante a nota n. 580 [2000, p. 149]. No texto de *O Príncipe* ao qual correspondente esta nota, Maquiavel vinha elogiando a habilidade dos venezianos medievais em insuflar, nas cidades a eles submetidas, a discórdia entre guelfos e gibelinos: “E, apesar de não lhes permitir jamais que chegassem ao derramamento de sangue, fomentavam os conflitos entre elas [as facções das cidades dominadas] para que, estando esses cidadãos ocupados com suas lutas, não se unissem contra eles, os venezianos” (2000, p. 148-149). O Napoleão Imperador acrescenta a esse comentário uma nota característica de sua própria experiência com a fomentação da discórdia: “Utilizei-me deste stratagem com bom resultado. Às vezes lanço no meio deles algumas sementes de discórdias particulares, quando quero desviar-lhes a atenção dos negócios do Estado ou quando preparo, em segredo, alguma lei extraordinária” (2000, p. 149).

Maquiavel que antes havia rejeitado. Nomear como Rei da Espanha um membro confiável da família atendia bem aos seus interesses¹⁰.

O Napoleão Imperador, mesmo quando oculto sob a capa discursiva do orgulho imperial, é muito atento aos conselhos de Maquiavel relacionados aos reveses políticos, e sabe valorizá-los ou aproveitá-los como postura preventiva. Por exemplo, já no Capítulo II de *O Príncipe*, há uma passagem de Maquiavel na qual este diz que, “nos estados hereditários e já acostumados à estirpe de seu príncipe”, – isto é, no caso de Napoleão, naquelas mesmas monarquias tradicionais que agora viam o imperador francês de 1804 como um general usurpador que tinha colocado a coroa em sua própria cabeça – era mais fácil conservar o poder do que nos “principados novos”. Maquiavel alerta para o fato de que o príncipe precisa ser sempre hábil, pois contra qualquer deslize o antigo monarca hereditário poderá “recuperar o trono”. O Imperador mostra-se muito atento a este alerta de Maquiavel, e antepõe a este um comentário (nota n. 6) que mostra como, àquela altura, já valoriza em especial os conselhos de Maquiavel relacionados à manutenção do poder:

Veremos. O que me favorece é o não haver tirado dele [isto é, não ter tirado a França de Luís XVI, o antigo monarca legítimo que havia sido decapitado na Revolução Francesa, e que agora se via representado pelos Bourbons que espreitavam a possibilidade de retorno] – mas sim o tirei de um terceiro, que não passava de um lodaçal de republicanismo [a França do Consulado e de Diretório]. O odioso da usurpação não recai sobre a minha cabeça. [...] Não falta coisa alguma, visto que o papa ungiu minha frente imperial. Sob este aspecto devo parecer mais inamovível do que qualquer Bourbon [nota nº6] (Bonaparte, 2000, p. 67)¹¹.

¹⁰Diz a nota n. 23, do Napoleão Imperador: “Suprirei esta lacuna por meio de vice-reis ou reis, que serão apenas dependentes meus: farão apenas o que eu ordenar, sem o que serão destituídos” (2000, p. 51). Dois anos depois, Napoleão encontra a sua solução familiar. Em 1806, ele nomeia o mesmo José Bonaparte como Rei de Nápoles, e, em 1808, desloca-o para a península Ibérica como Rei da Espanha, sendo que este seu irmão lá permanece até 1813. José Bonaparte vai cumprir seu papel nos dois países e momentos. / Com relação a seu irmão José, o Napoleão Imperador o menciona explicitamente nas notas n. 57 a 59 do Capítulo III, a ele se referindo como “meu bom José”. Mas estas notas já datam de 1808 ou depois, pois nelas fica claro que o governo real da Espanha já tinha sido então passado a José. Isso indica que o Napoleão Imperador não releu *O Príncipe* uma única vez. / Ainda sobre José, e outros irmãos a quem o Napoleão Imperador cogita conceder reinos (Jerônimo e Luís), ver a nota n. 146 (2000, p. 73).

¹¹ Em algumas partes do comentário, o Napoleão Imperador mostra-se preocupado – neste quadro em que ele é um imperador novo, sem estirpe – com as estratégias adequadas para manipular tanto a nobreza como o “populacho” (expressão usada por Napoleão), o que inclui em usar a seu favor a nomeação de bispos e curas que proporcionem um controle do poder eclesiástico local. Ou seja, o Napoleão Imperador está particularmente atento aos conselhos maquiavelianos sobre a ‘manutenção do poder conquistado’, bem mais do que o Napoleão General estava atento às sugestões de Maquiavel sobre a ‘conquista do poder’, especialmente quando o florentino adentrava a discussão sobre questões militares.

O que se percebe na passagem do jovem Napoleão General ao Napoleão Cônsul e ao Napoleão Imperador é que o primeiro estava mais atento às questões militares ou relacionadas à conquista do poder político, sendo mais crítico em relação a Maquiavel quando este disserta sobre aspectos militares práticos, e que os outros dois – o Napoleão Cônsul e o Napoleão General – estão mais preocupados com a manutenção do poder, valorizando mais o cabedal de conselhos do autor florentino. À parte isto, em nenhum momento Napoleão deixa de ser um leitor crítico, capaz de agregar suas conclusões e fornecer exemplos de sua trajetória ou contexto que ilustram as questões discutidas. Muitas vezes, particularmente com o Napoleão General, temos comentários desnecessariamente arrogantes, e também manifestações egoicas, nas quais Napoleão faz questão de mostrar que superou exemplos de eficácia evocados por Maquiavel. No Napoleão General se mostra um excesso de confiança na força bruta, desmontando passagens em que Maquiavel afirma que a solução de certo tipo de situação está na sutileza política ou na manipulação¹².

A célebre questão iluminista sobre o caráter essencial da natureza humana – “serão os homens naturalmente ‘maus’ ou ‘bons’?” – coloca Napoleão, em toda a extensão da produção de seus comentários, ao lado da perspectiva pessimista de Maquiavel e contra o otimismo essencialista de Frederico II, um autor que o imperador francês também parece ter lido, já na época em que era Primeiro-Cônsul. Sobre este ponto, sabe-se que o desencanto de Maquiavel em relação ao caráter dos seres humanos apresenta uma faceta mais local, e uma faceta mais geral. Em certa passagem de *História de Florença*, ele nos diz: “Florença é um lugar onde os bons são conhecidos como loucos”. Enquanto isso, no plano mais geral, uma passagem típica de Maquiavel com relação ao seu pessimismo em relação à natureza humana está no Capítulo XVII de *O Príncipe*: “A respeito dos homens, pode-se geralmente dizer o seguinte: que são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, esquivos ao perigo, ávidos de ganho” (Maquiavel, 2000, p. 124).

Acompanhando esta última passagem, o Napoleão Primeiro-Cônsul assim se expressa: “Queriam enganar os príncipes os que afirmavam que todos os homens são bons” (Bonaparte, 2000, p. 124].). É possível que este comentário se refira enviesadamente ao *Anti-Maquiavel* de Frederico II, em especial aos comentários nos quais o rei iluminista critica frontalmente a

¹² São notas em que o Napoleão General, com variações, rebate desdenhosamente a solução proposta por Maquiavel, afirmando que, no caso em questão, basta somente a força bruta, a exemplo das notas n. 21 e 22 apenas ao Capítulo III (2000, p. 51).

perspectiva pessimista do autor florentino com relação à natureza humana. Ou é possível que se refira a Rousseau, com sua perspectiva sobre o “bom selvagem”. Como Rousseau, no Livro III do *Contrato Social*, insinua que na verdade o que Maquiavel pretendia era dar ao Povo esclarecimentos sobre a política realista – embora tivesse encontrado uma maneira de enganar ao Príncipe ao qual dedicou a obra dizendo que seu intuito era o de “instruir os governantes” sobre o poder (Rousseau, 1988, p. 98) – é possível que Napoleão esteja desfechando uma saborosa ironia contra Rousseau. O maior engano a que se pode induzir um príncipe – Napoleão parece nos dizer – é fazê-lo acreditar que todos os homens são bons. De todo modo, é preciso salientar que Rousseau jamais disse que todos os homens são bons, mas sim que eles são bons em seu estado natural, e que é a sociedade que os corrompe (ou os transforma em maus).

Os quatro Napoleões – do General de vinte e sete anos ao Exilado de quarenta e cinco anos de idade – não parecem oscilar muito com relação a este tema. Também é interessante observar que, no encadeamento sucessivo entre os quatro Napoleões, afirma-se um projeto de poder que já visava, desde o início, não apenas a soberania na França, como até mesmo um domínio mais amplo na Europa. Pode-se ver, desde as primeiras notas de autoria do General (1796), que Napoleão já trazia uma meta bem definida de conquista do poder – e que chega mesmo a antecipar ações que mais tarde se concretizariam. Vemos isso logo no comentário relativo ao Capítulo I do *Príncipe* de Maquiavel. Naquele capítulo, o autor florentino começa a definir e a discorrer sobre os dois grandes troncos existentes de Estados – as Repúblicas e os Principados –, e a seguir divide os principados em ‘hereditários’ (dominados por dinastias antigas), ‘agregados’ (parcialmente novos) e ‘totalmente novos’. Neste ponto – portanto, bem no início do texto de Maquiavel – o Napoleão General encontra desde já uma oportunidade para declarar que almeja estabelecer futuramente um principado “totalmente novo”, o que o faz com a nota n. 3: “Tal será o meu, se Deus me der vida”. Com isso, está simplesmente dizendo que pretende conquistar a França e se tornar o seu governante, iniciando uma nova dinastia fora da perspectiva republicana. Note-se que, nesta ocasião, a França vivia sob o poder de um Diretório formado por cinco governantes. O golpe de Estado do *Dezoito de Brumário*, que logo deporia o Diretório e o introduziria diretamente no poder político, ainda não tinha ocorrido. Quando ocorresse, em 1799, o poder ainda seria repartido por três governantes, entre os quais o próprio Napoleão Bonaparte. Sua intenção,

no entanto, já era desde o princípio conquistar o poder unitário, tal como dá a entender a fonte. Do General ao Imperador, e daí ao Exilado que ainda irá retornar uma vez ao poder, antes de ser deposto definitivamente, eis aqui um projeto de poder secretamente anunciado para os futuros historiadores¹³.

Quando chegamos ao Napoleão Exilado – desterrado na ilha de Elba – também percebemos pelos seus comentários que ele ainda não se considerava vencido e ambicionava seu retorno ao poder francês, o que de fato veio a acontecer com o Governo dos Cem Dias, antes de seu encarceramento final na Ilha de Santa Helena. Ou seja, também este último Napoleão-leitor ainda não havia abandonado seu projeto de poder, e é por isso que ainda se mostra um atento leitor de *O Príncipe*. A nota n. 7, agregada ao final do Capítulo II, é elucidativa deste estado de espírito que animava o Exilado da Ilha de Elba:

Quantos pretextos me deixam! Todos os demais ainda estão aí, e seria preciso que não ficasse sequer um para que eu perdesse toda a esperança. Voltarei a encontrar minhas águas, meus N, meus bustos, minhas estátuas, e, quem sabe, ainda, a carruagem imperial da minha coroação. Tudo isto, aos olhos do povo, fala incessantemente em meu favor e me traz à sua lembrança (Bonaparte, 2000, p. 48).

Deixemos os quatro Napoleões com seus comentários sobre *O Príncipe* de Maquiavel. Existe decerto uma singular história cantada por estas quatro vozes de um mesmo autor, entrelaçadas polifonicamente sobre o cantochão produzido pelo autor florentino: o Maquiavel que escreveu seu *Príncipe* no seio de uma península Itálica renascentista extremamente conturbada.

Considerações finais

Vimos neste artigo que a obra *O Príncipe*, escrita por Maquiavel na Florença do século XVI, gerou leituras significativas nas sucessivas gerações de leitores que se seguiram à sua publicação. Nos últimos séculos, o texto tem conhecido sucessivas edições em todos os idiomas, atrai leitores de diversos perfis e é também leitura amplamente indicada em cursos

¹³ A nota n. 5, também escrita pelo Napoleão General, é reveladora: “Hei de evitá-las tornando-me o decano entre os soberanos da Europa” (2000, p. 47). Por outro lado, a nota n. 4 parece mostrar que o Napoleão General apenas aguardava o momento oportuno de romper com a perspectiva republicana e trabalhar no sentido de transformar a França em um principado: “Não existe nada melhor do que isso, por mais que falemos; mas preciso cantar no mesmo tom que eles até segunda ordem” (2000, p. 47). De igual maneira, o Napoleão General diz na nota n. 212, que comenta um trecho do Capítulo VIII: “Concedam-me o consulado por dez anos; não tardarei a obtê-lo como vitalício” (2000, p. 83). Enquanto isso, na nota n. 6, que já é de autoria do Napoleão Imperador, este se refere àqueles primeiros tempos do Napoleão General como um “lodaçal de republicanismo”.

de ciência política. Sendo uma obra que tematiza o próprio modo de governar, e que desde a sua dedicatória se declara diretamente voltada para estes leitores específicos que são os governantes e políticos, não é de se estranhar que tenha também atraído a atenção de governantes, políticos e filósofos que discutem o poder, e que muitos tenham se proposto a discuti-lo. Rousseau, Frederico II e Napoleão, cujas leituras de *O Príncipe* discutimos neste artigo – e aos quais poderíamos juntar nomes como o de Cristina da Suécia, Denis Diderot, Antônio Gramsci e Merleau-Ponty – são alguns dos mais ilustres comentadores do filósofo florentino, sem deixar de considerar que, através de suas leituras e comentários específicos, estes autores terminaram por construir perspectivas próprias sobre o poder político e seus modos de governança. *O Príncipe*, diante das leituras desses e outros comentadores, tem sido foco de intensas intertextualidades, configurando um texto que gera outros textos.

A obra é também um exemplo eloquente de que, em diferentes graus, todo texto é obra aberta. Uma vez lançado ao mundo, qualquer texto pode ser lido criativamente por outros autores-leitores. E pode ser lido muitas vezes por um mesmo leitor, em distintas circunstâncias que o habilitarão a empreender leituras diversas do texto de acordo com seus novos contextos e demandas sociais, bem como diante das novas intertextualidades com que ele teve oportunidade de se defrontar na distância entre uma leitura e outra, ou de acordo com o seu próprio amadurecimento como leitor e ser humano. O ‘triângulo circular’ do texto reedita-se inúmeras vezes..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONAPARTE, Napoleão e MAQUIAVEL, N. *O Príncipe* – comentários de Napoleão Bonaparte. Curitiba: Hemus, 2000 [originais das notas de Napoleão: 1796, 1802, 1804 e 1814].

DIDEROT, Denis. Maquiavelismo. In: *Enciclopédia* – ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios, v. 4 – Política. Tomo n. 9. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 230-232.

DIDEROT, Denis, *Verbetes Políticos da Enciclopédia*. São Paulo: Discurso Editorial; UNESP, 2006. [originais: 1751-1772].

FREDERIC II. *L'Anti-Machiavel*: ou Essai de critique sur le Prince de Machiavel [avec toute les corrections de Voltaire]. Paris: Hachette, 2012 [original: 1741].

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe* – comentários de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007 [original: 1513].

MERLEAU-PONTY, M. Note sur Machiavel. In: *Signes*. Paris: Gallimard, 1960, p. 267-283.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 [original: 1754].

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix, 1988 [original: 1762].